

A importância da psicologia no ambiente escolar como promotora do bem-estar emocional da criança – bullying não é brincadeira

Franciele da Rocha Borges Martins¹

Aline da Silva Piason²

Resumo: O objetivo deste artigo é o de evidenciar a relevância de desenvolver, para alunos da pré-escola ao quinto ano, no ambiente escolar, um espaço de troca. A partir do relato de experiência de estágio profissional no Núcleo de Apoio em Psicologia em uma Instituição de Ensino Educacional Integrado da região metropolitana de Porto Alegre. O fazer do psicólogo escolar em conjunto com as práticas pedagógicas, dão força a ações de prevenção, como no caso de bullying. Esta prática visa oferecer condições de estruturas psicológicas para construir conhecimento e cidadania, naturalizando o sentir de cada emoção. Revelando o espaço escolar, através de intervenções, como um lugar que permite o compartilhar de vivências e saberes que se cruzam, transformando-se em bem-estar emocional e proporcionando meios para a resolução de conflitos. Nesse sentido, propiciar o desenvolvimento do autocontrole e autorregulação emocional, permitindo assim, que as crianças gerenciem suas emoções através do conhecimento dos diversos sentimentos.

Palavras-chave: Bem-Estar Emocional; Desenvolvimento; Psicologia Escolar; Conflitos; Bullying.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia escolar/educacional tem por objetivo colaborar, de forma ativa, no desenvolvimento da comunidade escolar. O profissional psicólogo escolar pode ajudar na eficácia do processo educacional, visto que atua de forma a prevenir e promover saúde em ambiente educacional. Morin e Aubé (2009) citam que as relações entre pessoas em um meio conduzem o desenvolvimento da sociedade que constituem. A relação humana é fundamental para o desenvolvimento da pessoa, assim como da sociedade humana. O êxito da vida de forma coletiva está sujeito a compreensão de certos comportamentos, do desenvolvimento de habilidades e de acolher atitudes em relação aos relacionamentos humanos. Além disso, vale destacar que o papel da escola é indiscutível quando se refere a importância do trabalho com as emoções, pois é neste local que surgem as primeiras

¹ Estudante do Curso de Psicologia do Centro Universitário Cesuca. E-mail: francieledarochaborges@hotmail.com

² Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Cesuca. Doutora em Psicologia. E-mail: alinepiason@cesuca.edu.br

relações das crianças com seus pares, sendo um contexto de grande importância ao desenvolvimento psicossocial desses indivíduos.

Para Gazzaniga e Heatherton (2005), as emoções são adaptativas e sinalizam se as experiências são positivas ou negativas, orientando comportamentos futuros. De modo geral, pode-se entender que a emoção se refere a uma reação a um estímulo específico, envolvendo respostas comportamentais, alterações endócrinas e autonômicas. Assim, pode-se afirmar que as emoções estão relacionadas à afetividade que em contextos educacionais pode influenciar o processo de aprendizagem, pois envolvem o modo como o aluno se relaciona com os outros e também como ele se percebe no ambiente escolar. Segundo Bruno e Moraes, “as situações vividas nos ambientes de aprendizagem podem fazer emergir emoções favoráveis ou desfavoráveis ao processo” (2006, p. 55).

Nesse sentido, a escola deve propiciar um espaço para que os alunos compartilhem suas emoções, dando a possibilidade de as crianças aprenderem a escutar aos outros e também a si mesmas. De fato, todas as crianças devem ter a oportunidade de aprender a comunicar seus sentimentos, possibilitando a compreensão e empatia por parte dos colegas e, como consequência, podendo diminuir o sofrimento psicológico infantil (Froner, 2008).

1.1 BULLYING: CONCEITOS E DESAFIOS ATUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

O bullying é um grande desafio a ser combatido nas escolas brasileiras. As intercorrências de violência acontecem com frequência nos ambientes de ensino e, segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (2015 como citado em Ministério da Educação, 2017), um em cada dez estudantes do país é vítima de intimidação sistematizada. Este fenômeno é a causa da queda no rendimento escolar, da transferência do aluno para outra instituição de ensino e até mesmo da evasão escolar. Soma-se a isso os impactos danosos no desenvolvimento psicossocial e na saúde da vítima como um todo, o que faz com que o bullying nas escolas seja considerado atualmente um complexo problema de saúde pública.

Conforme a orientação da Base Nacional Comum Curricular (2019), o bullying pode ser combatido a partir de um trabalho de educação socioemocional. Quanto mais espaços de diálogo e informações os alunos tiverem, menores as chances de desenvolverem atitudes discriminatórias. À luz disto, as competências socioemocionais atuam como mecanismos de enfrentamento e proteção à saúde mental. Desenvolver

habilidades relacionadas à autorregulação e autoconhecimento, por exemplo, possibilitam o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, habilitando-os a uma convivência social saudável e segura.

Segundo o Ministério da Educação (2018), o bullying já se tornou popular nas instituições de ensino brasileiras e é uma preocupação para toda a sociedade. A instituição referida destaca que a violência ou intimidação sistematizada, intencional e continuada, sem motivo claro, de forma física, verbal e/ou psicológica, constitui a prática de bullying. No ambiente escolar, as formas de intimidação são diversas e nem sempre ocorrem diante dos professores. Na instância física, os empurrões, puxões de cabelo, beliscões, socos, chutes e pontapés até podem ser assistidos por outros, mas as hostilidades podem acontecer de forma não tão aparente. Dentre os tipos de bullying, há também o fomento a situações vexatórias, a criação de boatos humilhantes e de apelidos que ferem a dignidade do próximo. Insultos, ameaças (sejam elas feitas presencialmente ou por mensagens), agressões que envolvem questões morais, sociais ou particulares, e a exclusão ou incentivo a exclusão social são exemplos de práticas de bullying que comumente acontecem nos ambientes educacionais. É importante observar que a repetição de atitudes agressivas e de intimidação entre estudantes pode ser feita por uma pessoa ou grupo. E, comumente, o alvo usual do bullying é o indivíduo que não se enquadra nos padrões socialmente estabelecidos.

Ressalta-se que estes atos podem ocorrer também de forma virtual, em um local que levam os agressores a pensar estar seguros por conta do possível anonimato. O cyberbullying ou bullying virtual utiliza-se de meios tecnológicos, como plataformas de jogos, mídias sociais e meios de comunicação, para prática do bullying. Conforme Amado, Matos, Pessoa e Jager (2009) na internet as agressões podem difundir-se de forma fácil e rápida e manter-se infinitamente presentes no espaço virtual. Gerando assim, mais um desafio para escolas, famílias, bem como para toda a sociedade.

1.2 PSICOLOGIA ESCOLAR E A PSICANÁLISE

A psicologia escolar de acordo com o Manual de Psicologia Escolar Educacional (CRP-08, 2007) teve início em meados do século XIX, como consequência da disseminação do ensino público em cidades da América e Europa concomitantemente ao aumento das ocorrências de problemas ligados a menores, cresceu a procura por

profissionais capacitados para dispor da ajuda necessária nas escolas. Segundo Oliveira e Araújo (2009), o psicólogo escolar nessa fase, exercia o papel de ajustar estes menores aos padrões de normalidade definidos pela sociedade. Este método de intervenção conduz a patologização no espaço escolar, e a padronização de comportamentos, interferindo em características históricas e sociais de cada indivíduo.

O Manual de Psicologia Escolar Educacional (CRP-08, 2007) ainda mostra que o Brasil teve como fase inicial da psicologia escolar o ano de 1830, passando por marcos importantes como: i) a publicação da Lei Federal 5.766/71, na década de 70, que trata da criação dos Conselhos de Psicologia; ii) quando a psicologia escolar abandona o enfoque clínico e foca no indivíduo e seus processos de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, promovendo ações de prevenção à saúde psicológica, na década de 80; iii) fundação da ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional) com a finalidade de buscar o reconhecimento legal do psicólogo nas instituições de ensino, em 1990. E como marco mais recente a Lei Federal nº13.935/2019, que garante a presença de psicólogos (as) nas instituições escolares públicas de educação básica.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2007), o Psicólogo Escolar atua no contexto educacional realizando pesquisas, diagnósticos e intervenções preventivas, a sua análise envolve todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de aprendizagem. Tendo como objetivo principal mediar situações no que diz respeito ao desenvolvimento humano e suas relações, promovendo intervenções com o intuito de prevenir eventos futuros. Conforme Oliveira e Araújo (2009), das atribuições do Psicólogo Escolar está a intervenção preventiva, que visa antecipar determinado fenômeno, evitando assim que ele ocorra. Através das ações de intervenção preventiva do psicólogo escolar é possível facilitar alterações pessoais e institucionais, viabilizando mudanças e transformações no desenvolvimento dos envolvidos. Nesse sentido, tendo em vista a possibilidade de impedir o surgimento de danos psicológicos decorrentes das situações cotidianas, Caminha e Caminha (2011) atentam para a necessidade de se investir em intervenções precoces.

No presente artigo será adotado o olhar da psicanálise no fazer do psicólogo escolar, no qual consiste experienciar a fala como veículo da subjetividade humana. A intervenção que realizamos, traz consigo um espaço que dá a oportunidade para que cada criança, ao falar, se escute, e dentro do possível, escute também o colega. Segundo Almeida “O Ego poderá inibir ou modificar o Id e também permiti-lhe transformar-se

diretamente em ação” (1996, p.15). Devemos pensar o ser humano e sua relação com o meio, pois este exerce forças na construção da personalidade de cada ser, bem como as interações são fundamentais para constituição do sujeito. A possibilidade de uma ressignificação acarreta mudanças significativas no contexto das relações.

Inclusive o Manual de Psicologia Escolar (CRP-08, 2007) afirma no mesmo sentido que:

O sujeito, que é um ser singular, único e dotado de um psiquismo regido por uma lógica específica, é também um indivíduo que participa das relações interpessoais e ocupa um lugar, estabelecendo laços com o contexto social no qual está incluído. (p.29).

2 METODOLOGIA

Este trabalho é baseado no relato de experiências obtidas a partir do estágio obrigatório em psicologia profissional I, realizado em uma instituição de ensino particular da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Trata-se de um estudo qualitativo descritivo da vivência escolar dos alunos envolvidos na terceira temporada do “programa escutando os sentimentos: meu mundo interior – bullying não é brincadeira”. Foi realizado a partir de um encontro com doze turmas, iniciando-se com a pré-escola até o 5º ano do Ensino Fundamental. Os encontros iniciaram no dia 25 de outubro de 2021 e finalizada em 17 de novembro do mesmo ano. Cada atividade foi adaptada a partir de livros e/ou manuais de psicologia. Os encontros foram realizados pela equipe do NAPE, juntamente com as professoras e monitoras das respectivas turmas.

O local da realização ocorreu no espaço da biblioteca, no qual confeccionamos um grande tabuleiro no chão, aonde os alunos são os pinos e um grande dado será lançado marcando quantas casas estes deveriam andar. Para cada casa uma tarefa foi solicitada, como por exemplo: “Seja Gentil: elogie um colega desta partida, em seguida avance três casas”. Concomitantemente a atividade realizada na escola, as famílias e alunos receberam “o envelope de gentilezas”, composto por uma mensagem gentil, algumas guloseimas e uma réplica do tabuleiro para jogar em casa em família e fazer um registro e ser encaminhado para a professora e, posteriormente, publicada nas redes sociais.

No primeiro momento, já na entrada da biblioteca, as crianças receberam um número, sendo dividida a turma em quatro grupos. Cada grupo recebeu uma cor diferente: laranja, azul, verde e vermelho, as quais foram identificadas a partir de uma faixa amarrada

na cabeça da criança. A equipe foi composta por seis ou oito crianças, conforme a quantidade de alunos de cada turma. Logo em seguida, apresentamos o conceito de bullying para os alunos, bem como o conceito de gentileza, através de slides, abrindo espaço para dúvidas e contribuições. Todo este movimento se fez necessário para ambientar as crianças para o início do jogo, pois estes tópicos deram base para a atividade que foi desenvolvida.

Após isso, a professora regente ficou responsável por escolher um integrante de cada grupo para iniciar o jogo e a cada rodada, fizemos uma troca, para que assim todos os membros da equipe pudessem passar pelo tabuleiro, percorrendo o circuito proposto. Gradativamente os jogadores consultaram sua equipe para resolver as questões que surgiram no caminho. Este foi um momento completamente descontraído e lúdico, no qual foi estabelecido um espaço de fala para os alunos, acolhimento, escuta empática e elaboração de estratégias para lidar com sentimentos, emoções e situações em que seja necessário tomar decisões. As crianças foram questionadas sobre qual o seu papel nas situações que hipotetizamos, quais os sentimentos que a cercam e como pensam que devem agir, assim, surgiram experiências boas e ruins. Trata-se de um jogo colaborativo, em que só se é possível vencer após todos os jogadores chegarem ao fim, gerando assim uma forma de desenvolver um aprendizado em grupo, elaborando um sentimento de empatia e solidariedade uns para com os outros.

Para finalização desse momento, realizamos a dinâmica “Robin Hood” do livro Teoria e Prática de Dinâmicas de Grupos: Jogos e exercícios por Suely Gregori Andrade. De olhos fechados as crianças foram conduzidas a imaginar que eram o personagem Robin Hood, e que fariam uso de arco e flechas imaginárias. Porém, cada flecha continha amor, ternura e carinho. Ainda de olhos fechados, cada um fazia o movimento de soltar sua flecha, que iria em direção a um colega que estava posicionado logo ao lado ou a frente. Ao abrir os olhos o aluno podia ver em quem acertou, neste momento os colegas deveriam fazer um elogio um ao outro. Esta dinâmica possuía o objetivo de mostrar ao grupo a importância do afeto e da gentileza para lidar com as pessoas.

Para a criança o aspecto lúdico é fundamental, pois o brincar é capaz de demonstrar a relação da criança com seu meio, sendo uma forma saudável de expressão humana, e o jogo por ser lúdico pertence a linguagem infantil, trata-se de uma estratégia de intervenção que faz o uso de regras, e nisso se diferencia de outras atividades lúdicas (Giaxa, et al, 2019).

A intervenção com formato de jogo nos possibilitou trabalhar questões grupais, como a integração e a elaboração de conhecimentos, temos a necessidade de nos vincular e interagir com o mundo externo. Bastos (2010) afirma que, aprendizagem e comunicação andam lado a lado e, são indissociáveis, ao passo que aprendemos a partir da relação com o outro. Bastos aponta ainda que, a técnica de grupos operativos, compreende o trabalho em grupo que busca oferecer um processo de aprendizagem aos envolvidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cada turma possuía características diferentes, porém o discurso e o comportamento dos alunos eram muito semelhantes – participativos, dinâmicos, dispostos a compartilhar suas vivências, curiosos, atentos - durante a intervenção. Conforme Bastos(2010), a partir da utilização do instrumento cone invertido, é possível verificar os efeitos de mudança, trata-se de uma representação gráfica que possibilita visualizar o movimento que o grupo realiza. Dessa forma observamos o movimento do grupo de expor suas estruturas iniciais, dando espaço para que uma desestruturação de conceitos acontecesse, a partir da troca com o grupo e com aqueles que guiavam a intervenção, proporcionando uma reestruturação no que diz respeito aos conceitos trabalhados. Em todas as turmas tivemos alunos presencialmente e alguns via Google Meet, devido a pandemia causada pelo Coronavírus-19 e da não obrigatoriedade dos alunos de forma presencial, os que estavam no modelo remoto foram representados no jogo por um colega, podendo participar das discussões. Segundo Bastos (2010), o ato de aprender em grupo sugere uma análise crítica da realidade, instiga a curiosidade e favorece um espaço de dúvida para novas inquietações.

Conforme Oliveira e Araújo (2009), o psicólogo escolar busca ações por meio de intervenções preventivas que apresentem a construção de estratégias promovendo reflexões e conscientização de ações e responsabilidades de cada indivíduo em seu meio, oportunizando formas de superar obstáculos e adversidades a partir da aquisição de conhecimento ofertada no espaço de troca. Durante o período em que era conduzido a intervenção, muitas crianças conseguiram se identificar tanto como agressor, quanto como vítima de situações de bullying. A partir desse instante, houve situações de *insights* por parte dos alunos, que pudemos ouvir, orientá-los e acolher seus anseios e sentimentos em relação ao assunto trabalhado.

Morin e Aubé (2009) destacam:

A relação humana permite à pessoa se definir, descobrir no que ela é única e no que se parece com os outros; em resumo, permite à pessoa encontrar sua identidade. Além disso, tudo o que faz uma pessoa quando está em relação com os outros tem repercussões sobre eles e, ao mesmo tempo, sobre ela própria (p.215).

Dessa forma foi possível observar que o papel do psicólogo escolar é de grande importância no que diz respeito a mediação de situações envolvendo bullying no âmbito escolar. Diante de situações adversas - sentimentos, vivências, emoções, angústias - relatadas pelas turmas trabalhadas, analisou-se que as crianças conseguiram absorver os conceitos destacados durante o jogo, como: respeito, empatia, bullying, solidariedade, gentileza. Mediante as falas e contribuições dos alunos, os quais proporcionaram, principalmente aos psicólogos em formação que estavam realizando o estágio obrigatório, usar das teorias estudadas, elaborando práticas estratégicas e orientando-os a como proceder em situações de Bullying de forma ativa e eficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste relato de experiência, percebe-se o quanto é necessário incluir o profissional de psicologia escolar nas instituições de ensino públicas e privadas, pois o Psicólogo Escolar garante intervenções com um espaço de escuta de forma apropriada, proporciona acolhimentos de maneira empática, ética e, principalmente, respeitando as diferenças. Destaca-se que o bullying pode ocorrer não somente entre pares, mas também de adultos para com as crianças, ocorrendo muitas vezes entre os próprios familiares. Para Winnicott (1982), o jogo proporciona uma organização para a inserção de relações emocionais, favorecendo assim, o desenvolvimento de contatos sociais e auxiliando no elo entre a relação do indivíduo com a realidade interior. Nesse mesmo sentido, ainda, podemos compreender que o jogo propicia vivências sociais à criança e possibilita relacionar suas emoções às experiências cotidianas, trazendo a possibilidade de uma maior socialização das suas experiências emocionais e de mediações pedagógicas em contextos escolares.

Portanto, pensar a infância no mundo contemporâneo torna-se desafiador e requer um esforço e uma reflexão profunda por parte da escola e da sociedade. Nesta temática da infância percebemos avanços, descobertas, mudanças de comportamento e culturas, que seguem e acompanham fatos históricos que ainda hoje é estudada, avaliada e comentada por muitos estudiosos (Lima & Lima, p. 30, 2015).

Entretanto, a psicologia escolar ainda possui muitos desafios a serem superados. O primeiro deles é efetivar a presença dos profissionais de psicologia no ambiente das escolas públicas e privadas, conforme a Lei Federal nº13.935/2019. Já o segundo obstáculo refere-se a importância de reconhecer as crianças como um ser biopsicossocial, composto de sentimentos, e normalizar esse sentir significa iniciar uma caminhada em direção à autorregulação, que refletirá em adultos mais confiantes e seguros e, conseqüentemente, em uma sociedade mais empática.

REFERÊNCIAS

- Almeida, W. C. (1996). *Defesas do Ego: leitura didática de seus mecanismos*. (2ª ed.). Ágora editora.
- Amado, J., Matos, A., Pessoa, T., Jaeger, T. (2009). Cyberbullying: um desafio à investigação e à formação. *Rev. RCAAP*, 5 (13), 301-326.
- Andrade, Suely Gregori. (1999). *Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios*. Casa do Psicólogo.
- Bastos, A. B. B. I. (2010). A técnica de grupos – operativos à luz de Pichon – Rivière e Henri Wallon. *Psicologo inFormação*, 14 (14), 161 – 169.
- Brasil. Base Nacional Curricular Comum (2019). *Competência socioemocionais como fator de proteção à saúde mental e ao bullying*. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying>
- Brasil. Ministério da Educação. (2017). *Especialistas indicam formas de combate a atos de intimidação*. <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/47721-especialistas-indicam-formas-de-combate-a-atos-de-intimidacao>
- Brasil. Ministério da Educação. (2018). *MEC apoia enfrentamento ao bullying e violência nas escolas*. <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/62581-mec-apoia-enfrentamento-ao-bullying-e-violencia-nas-escolas>
- Caminha, R. M., & Caminha, M. G. (2011). *Baralho das emoções: Acessando a criança no trabalho clínico* (4ª ed.). Sinopsys Editora.
- Colégio Ineditec. Núcleo de Apoio em Psicologia Escolar. <https://colegioineditec.com.br/nape/>
- Conselho Federal de Psicologia 8ª Região (CRP-08). (2007). *Manual de psicologia escolar – educacional* (21ª ed.). Editora Unificado.

- Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Resolução nº13/2007. Que institui o título profissional de especialista em psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais*. CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *Lei 13.935/2019: CFP, CFESS e entidades da Psicologia e do Serviço Social se reúnem com Undime*. <https://site.cfp.org.br/lei-13-935-2019-cfp-cfess-e-entidades-da-psicologia-e-do-servico-social-se-reunem-com-undime/>
- Faculdade Arnaldo. (2021). *Psicologia Escolar e Educacional: conheça os diferenciais dessa área*. <https://www.faculdadearnaldo.com.br/blog/psicologia-educacional>.
- Fonseca, V. (2006). Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. *Revista Psicopedagógica*, 33 (102), 365-384.
- Gazzaniga, M. S., Heatherton, T. F. (2005). *Ciência psicológica: mente cérebro e comportamento*. Artmed.
- Giaxa, A. C. M., Tavares, E. N., Oliveira, T. P., Burda, T. A. M. (2019). A utilização do jogo como recurso terapêutico no processo de hospitalização da criança. *SBPH*, 22 (1). São Paulo.
- Lima, G. C., & Lima, D. M. A. (2015). O brincar como meio facilitador da expressão da criança sob a perspectiva da Gestalt-terapia. *IGT na Rede*, 12 (22), 30.
- Morin, E. M., & Aubé, C. (2009). *Psicologia e Gestão*. Atlas S.A.
- Oliveira, C. B. E., & Araújo, C. M. M. (2009). Psicologia escolar: cenários atuais. *Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ*. Rio de Janeiro, 9 (3), 648-663.
- Ramos, D. (2020). Competência emocional: como os jogos podem contribuir com o seu desenvolvimento. *Research, Society and Development*, 9 (5), 1-23.
- Ramos, D., & Cruz, D. M. (org.). (2008). *Jogos digitais em contextos educacionais*. CRV.
- Silva, G. A. da, Ramos, D. K., Ribeiro, F. L. (2019). Formação inicial de professores à distância para o uso das tecnologias digitais: um estudo dos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura da Universidade Aberta do Brasil/UFSC. Anais dos Simpósio Ibero-Americano de Tecnologias Educacionais.
- Winnicott, D. W. (1982). Por que as crianças brincam. In: Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo*. (6ª ed.). Guanabara KooganLTC, pp. 161-165.